

# 1. As fazendas históricas, o turismo histórico cultural e a divulgação do passado histórico na região do Vale do Paraíba fluminense nos dias de hoje.

## 1.1. Introdução

Como historiadora, identifico desde a graduação, a importância em valorizar, divulgar e construir conhecimento histórico sobre o passado de escravidão de diversos africanos no Brasil. Esse interesse surge não apenas pelo desejo em compreender e revelar o contexto de violência e opressão vivido por esses grupos, mas também de identificar e analisar as ações que divulgam as histórias e memórias do passado escravista no tempo presente. Nos últimos dois anos, entre as ações de divulgação mais recentes, estão a formação da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão, que tomou posse em Brasília no dia 6 de fevereiro de 2015 e é uma iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil, que claramente tem como inspiração a Comissão Nacional da Verdade ligada aos crimes da ditadura civil-militar no Brasil e o projeto *Passados Presentes: memória da escravidão no Brasil*, um trabalho desenvolvido pelo Laboratório de História Oral e Imagem/UFF encabeçado pelas historiadoras Hebe Mattos/UFF, Martha Abreu/UFF e Keila Grinberg/UNIRIO, desde 2014, com o financiamento do Edital Petrobras Cultural 2012 e apoio do convênio FAPERJ/Columbia Global Center.

Sobre a implementação da Comissão da Verdade da Escravidão, de acordo com Marcus Vinicius Furtado Coelho, presidente nacional da OAB, o intuito é não apenas contribuir com a valorização da memória da escravidão, mas também de reforçar a importância das ações de afirmação como método de reparação aos grupos negros<sup>1</sup>. Advogados e historiadores compõem o conjunto de membros selecionado pela OAB para dar início aos trabalhos que ainda não possuem uma metodologia específica, mas que possuem objetivos e propostas voltados para a análise e investigação dos detalhes referentes aos crimes cometidos contra africanos e seus descendentes no período de escravidão no país, bem como identificar os principais

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.oab.org.br/noticia/28065/comissao-da-verdade-da-escravidao-negra-toma-posse-na-oab-nacional>. Acessado em: 21/07/2015;

responsáveis por esses crimes. Com o projeto *Passados Presentes* a publicização da história da escravidão e da trajetória de africanos e seus descendentes no país torna-se ainda mais real, já que uma das principais propostas é de desenvolver “um aplicativo de geo-localização para o turismo de memória, iniciando com quatro roteiros ligados ao patrimônio imaterial do Rio de Janeiro (Jongos, quilombos e lugares históricos da capoeira) listados no Inventário UFF/UNESCO dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e dos Africanos Escravizados no Brasil”<sup>2</sup>, bem como a organização de uma exposição permanente. Os moradores das comunidades remanescentes de quilombo de São José da Serra, em Valença/RJ, Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis/RJ e da cidade de Pinheiral estão diretamente envolvidos com os trabalhos ligados ao projeto indicando os lugares que estarão nos roteiros histórico-turísticos mapeados por satélite e registrados no aplicativo. Dessa forma, o projeto contribui não apenas para a publicização do passado escravista, como também com a divulgação da trajetória histórica das comunidades remanescentes de quilombo, além de fazer possibilitar o diálogo entre o meio acadêmico e não acadêmico. É, a meu ver, uma comprovação pragmática sobre a possibilidade de divulgar o passado histórico entre o grande público com qualidade e responsabilidade histórica.

Desde os trabalhos ligados à Iniciação Científica, sob orientação de José Maurício Arruti<sup>3</sup>, no Departamento de Educação da PUC-Rio, que o tema sobre a escravidão africana, no Brasil, e os debates acadêmicos atuais sobre o assunto despertam meu interesse. As pesquisas ao longo da iniciação diziam respeito ao histórico das comunidades remanescentes de quilombo do litoral sul fluminense, tema contemporâneo e cada vez mais debatido entre acadêmicos e profissionais da educação básica e passou a ser um dos caminhos percorridos por mim na tentativa de compreender o lugar da memória da escravidão na sociedade brasileira nos dias de hoje. Não à toa, o terceiro e último capítulo deste trabalho propõe um projeto de visita

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://conversadehistoriadoras.com/2015/06/30/memoria-da-escravidao-no-brasil/>. Acessado em: 21/07/2015;

<sup>3</sup> Coordenou enquanto professor e pesquisador da PUC-Rio, o Laboratório de Antropologia dos Processos de Formação, no Departamento de Educação, tendo como estudo de caso as comunidades remanescentes de quilombo no Rio de Janeiro. Atualmente é professor titular do Departamento de Antropologia da UNICAMP.

guiada para a comunidade remanescente São José da Serra, em Valença/RJ, com o intuito de agregar ao roteiro e à narrativa as discussões mais recentes sobre a produção de história pública no Brasil, bem como evidenciar a real e importante possibilidade de representar o passado escravista para além da chibata e mostrar a relevância de estabelecer diálogos entre as produções para o grande público e os estudos acadêmicos.

Na monografia, meu intuito foi compreender os caminhos de divulgação do passado histórico do Vale e verificar as representações da memória relacionada à escravidão que circulava entre o grande público no município de Pirai/RJ. Para tanto, o arquivo municipal e a casa de cultura do município foram espaços visitados por mim, com o objetivo de verificar a forma como as narrativas sobre a escravidão eram construídas e divulgadas entre turistas e moradores. José Maria Campos Sales, diretor do arquivo e ex-funcionário da casa de cultura, foi entrevistado por mim e através de sua fala foi possível identificar fragilidades no que diz respeito ao incentivo à cultura no município, mas também ações que refletem o interesse de fazer com que o passado histórico do Vale esteja presente entre moradores e visitantes nos dias de hoje. O contato com José Maria trouxe a oportunidade de saber sobre o trabalho realizado pelas fazendas históricas da região, o que despertou minha atenção. De acordo com ele<sup>4</sup>, muitas fazendas, desde a década de 1990, se interessaram em abrir as portas para a visitação turística organizando visitas guiadas, o que segundo Zé Maria, passou a movimentar com mais intensidade a circulação de turistas na região, sobretudo, em épocas de festivais, momento em que o trabalho das fazendas fica em evidência e o fluxo de visitação aumenta, de acordo com ele.

O tema das visitas guiadas nas fazendas históricas do Vale fluminense, portanto, se tornou pra mim um objeto de estudo interessante pela possibilidade de verificar não apenas quais as memórias e quais as histórias sobre a escravidão estão presentes nas narrativas produzidas por agentes sociais no tempo presente, mas também de compreender a importância do diálogo entre o que é produzido por acadêmicos e não acadêmicos, o que perpassa inclusive pela possibilidade do historiador atuar em diferentes campos de atuação que não só os da sala de aula e da

---

<sup>4</sup> Entrevista cedida no Arquivo Municipal de Pirai/RJ, em setembro de 2012.

pesquisa acadêmica mais corrente, derivada de arquivos na sua maioria com fontes escritas.

Estudar atividades culturais como essa, justifica-se ainda pelo crescimento cada vez mais intenso do turismo cultural na região do Vale do Paraíba fluminense, que atrai numeroso público aos pontos históricos da região e possibilita a produção de atividades ligadas às histórias do Vale. As visitas guiadas são exemplos de algumas dessas atividades, que tornam-se práticas relevantes para a compreensão de uma cultura histórica referente à escravidão na região, nos debates em torno da atuação do historiador para além da academia e a possibilidade de diálogo entre o conhecimento histórico acadêmico e as demais esferas da sociedade. Esse trabalho justifica-se ainda pelas crescentes discussões a respeito da produção de história pública e sua relevância para a circulação dos saberes científicos entre o grande público, através da participação especializada de historiadores. A meu ver, a importância cada vez mais atual de estabelecer diálogo entre o que está sendo organizado fora da academia com as produções historiográficas a respeito do passado escravista é um dos elementos que torna relevante as investigações propostas por este trabalho.

A proposta principal deste trabalho, então, é investigar como a história da escravidão africana no Vale é entendida e encenada, nos dias de hoje, pela sociedade, fora do universo acadêmico, através das visitas guiadas organizadas pelas fazendas históricas e refletir sobre a participação do historiador em atividades não acadêmicas, o que possibilita a circulação e a difusão do conhecimento histórico especializado e científico entre o grande público. A partir da organização das visitas, portanto, as fazendas assumem nos dias de hoje, lugar no contexto do turismo histórico cultural e se inserem no circuito turístico da região como alternativa a um público diversificado, com múltiplos interesses. Busca-se assim defender a ideia de que essas propriedades continuaram a desempenhar um importante papel no tempo e no espaço ao longo da história, com diferentes significados, valores e funções. Para além disso, este estudo busca identificar na produção de história pública não apenas mais uma ferramenta de construção de conhecimento histórico, neste caso, direcionada para o grande público, mas também de evidenciar a real possibilidade de organizar atividades no campo da

cultura que tenham como intuito desconstruir estereótipos acerca da escravidão e da experiência do africano e seus descendentes no país.

Serão analisados aqui os trabalhos de cinco fazendas: Ponte Alta (Barra do Pirai/RJ), São Luiz da Boa Sorte (Vassouras/RJ), Taquara, Arvoredo (ambas em Barra do Pirai/RJ) e Florença (Conservatória/RJ). As idas às fazendas ocorreram ao longo de 2013 e todas foram selecionadas através do contato estabelecido com pesquisadores, especialmente, Ricardo Salles e Mariana Muaze, ao longo da minha participação em simpósios temáticos relacionados ao tema do Vale do Paraíba, desde 2012, e também pela minha proximidade com o projeto interinstitucional "O Vale do Paraíba no século XIX e nas primeiras décadas da República"<sup>5</sup>, coordenado por Salles, que contribuiu também para o acesso à fonte oral utilizada em minha monografia. Todas as visitas guiadas foram gravadas em áudio, e no caso da Ponte Alta também em vídeo, com a autorização dos guias, que por sua vez sabiam que eu estava ali como pesquisadora. Há também registros fotográficos e anotações dos percursos feitos em todas as visitas.

Todas essas fazendas contam com materiais de divulgação de suas programações turísticas. Ponte Alta, São Luiz da Boa Sorte e Arvoredo têm sites onde há informações sobre as atividades organizadas por cada uma, além de textos resumidos sobre o histórico de cada uma. Há poucas informações sobre valores e dias de visitação, e o conteúdo informativo sobre a hospedagem, nos casos da Ponte Alta e Arvoredo, é de bastante destaque, principalmente, em períodos de datas comemorativas ou de festivais na região. A Taquara usa das redes sociais como principal meio de divulgação de suas atividades. Sua página no Facebook é sempre atualizada com fotografias do jardim e do Restaurante da Senzala, seu principal chamariz. A visita guiada na Taquara parece se tornar uma extensão do "almoço na senzala": nada melhor que digerir uma saborosa comida conhecendo a história e os cômodos da fazenda com o próprio proprietário. No balcão de atendimento há produtos artesanais à venda - sabonetes de café, chaveiros com o nome da fazenda,

---

<sup>5</sup> Trata-se de um projeto interinstitucional iniciado em outubro de 2011, coordenado pelo professor Ricardo Salles (UNIRIO). Projeto vencedor do PRONEM/FAPERJ 2011, e que conta com a participação de pesquisadores da UFRJ, UFF e Casa Rui Barbosa, com o intuito de investigar a região do Vale do Paraíba fluminense no período que vai do final do Império até a República.

toalhinhas com bordados floridos, porta-chaves, saquinhos de café artesanal produzidos na própria fazenda, entre outros. Folhetos informativos sobre a propriedade também ficam à disposição contendo um breve texto sobre a história do local. Em todos os sites fica evidente o intuito de agregar passado histórico com lazer, divertimento e entretenimento entre amigos e familiares.

Os materiais de divulgação em cartilha, na Ponte Alta e na São Luiz da Boa Sorte, são distribuídos em excursões de alunos. No site da Ponte Alta, por exemplo, a visita guiada para estudantes é chamada de “turismo pedagógico”, e ao que tudo indica as narrativas montadas para esse público são diferenciadas. A cartilha produzida pela São Luiz é um indicativo disso. Com muitas cores e ilustrações, o texto da narrativa e o formato da própria cartilha se aproximam dos textos de revistas de gibi, sem vocabulários complicados, com as falas em balões e personagens dinâmicos contando a história da fazenda. Contudo, não acompanhei as visitas guiadas para esse público específico por considerar que o propósito do meu trabalho está em compreender o fenômeno da visita guiada em seu contexto mais amplo, direcionado a um público mais diversificado, o que me impede de falar mais sobre essa forma de turismo.

A divulgação do trabalho realizado por essas fazendas não é feita somente pelos próprios guias e proprietários, com materiais em folheto, sites e páginas em redes sociais. O guia cultural do Vale do Café, organizado em 2013, pelo Instituto Cidade Viva em parceria com o Ministério da Cultura, é um bom exemplo de material de divulgação não apenas das fazendas históricas da região que organizam visitas guiadas e outras atividades culturais, mas também do próprio turismo histórico cultural na região do Vale. Apresenta as principais festas e eventos, com datas e locais, além de espaços culturais, artesanato, restaurantes, fazendas históricas, entre outras atrações que mobilizam o público alvo do turismo histórico cultural. Através deste catálogo, o turista tem como programar sua estadia na região, sendo possível escolher as melhores datas e locais para visitação. Todas as indicações remetem esse turista ao contato com a história do local, à ideia de que a visita ao Vale é retornar ao passado, a um tempo de glamour, de opulência; é entrar em contato com a corte e

seus luxos; com a escravidão e com a riqueza gerada por ele, o sistema escravista, com as heranças africanas, os descendentes, as memórias.

A análise dessas visitas está pautada nas seguintes questões: quais são os diferentes usos das memórias e histórias relacionadas à escravidão africana no Vale, realizados pelas visitas guiadas nas fazendas, no tempo presente? De que maneira essas narrativas colaboram para a construção de um conhecimento histórico ligado ao passado escravista na região? Até que ponto, os discursos e representações relacionados à memória da escravidão africana produzidos por agentes sociais, têm dialogado com a produção historiográfica sobre o tema?

Para tanto, busca-se identificar como o passado escravista é apresentado na fala dos guias e na narrativa visual construída por eles, quais são os objetos que compõem as partes interna e externa das construções das fazendas, se todas essas propriedades permanecem com a estrutura e com os objetos originais da época e como são os roteiros produzidos para a apresentação dessas fazendas ao público - que passa não só pela narrativa oral, mas também pela narrativa visual. Essa análise será feita a partir da descrição dessas narrativas.

Outra questão importante está relacionada ao público turista. No que diz respeito aos roteiros das visitas, é importante identificar como os guias organizam a recepção dessas pessoas, se há intenção de construir uma narrativa que possibilite a participação do público com dúvidas e observações a respeito do que está sendo contato e/ou encenado. A narrativa produzida por Rachel Braga<sup>6</sup>, na fazenda Arvoredo, parece o tempo todo privilegiar a participação do público infante-juvenil - crianças aparentemente entre 5 e 12 anos de idade. A grande maioria entusiasmada com a vestimenta de época e a forte maquiagem. Buscavam falar e tocar em Rachel. A todo momento, havia abertura para dúvidas e observações das crianças, assim como falas descontraídas e curiosidades ligadas à história que estava sendo contada.

Além disso, há de se verificar também a tipologia dos visitantes, ou seja, a faixa etária, características referentes à situação sócio-econômica e se fazem parte ou não de grupos escolares. O intuito é identificar quais são os grupos que

---

<sup>6</sup> Rachel Braga é guia turística na fazenda Arvoredo, em Barra do Piraí/RJ. Formada em história, também leciona em escolas estaduais do município.

aparentemente frequentam ou se interessaram em conhecer o turismo histórico cultural através das visitas guiadas. É compreender a que tipo de público esse mesmo turismo direciona-se. Afinal, é o interesse de parte da sociedade pelo contato com a história local que movimenta atividades culturais como essa na região e que contribui com a manutenção física, e por que não simbólica, dessas propriedades.

Importante ressaltar que não há um método específico sendo aplicado a essa pesquisa. Há sim questões e hipóteses que foram levantadas com base em leituras, entrevistas com pesquisadores e profissionais da área e com o trabalho de campo feito nas fazendas. Não há uma metodologia pronta e acabada que tenha sido usada ao longo do processo de observação, participação e análise dessas visitas, mas sim um estudo de campo que possibilitou identificar elementos que contribuíram nas reflexões propostas ainda nos primeiros passos deste trabalho e em questões que começaram a surgir ao longo de todo o processo de pesquisa.

Neste primeiro capítulo, busca-se não só apresentar uma breve introdução sobre o tema e as principais questões que movimentam este trabalho, mas também estabelecer uma discussão historiográfica que contribua para uma reflexão problematizada sobre o tema proposto. Os termos história pública, memória, espaços de valor, escravidão africana, Vale do Paraíba, turismo histórico cultural, entre outros, através de autores como Henry Rousso, Sara Albieri, Jill Liddington, Mariana Muaze, Margarida de Souza Neves, Alexandre Panosso Netto, Andreas Huyssen, Pierre Nora, etc.<sup>7</sup> serão discutidos e analisados com o intuito de melhor compreender a prática das visitas guiadas e sua relevância dentro de um contexto social e histórico.

No capítulo seguinte, o objetivo será apresentar as diferentes tipologias de cada visita e analisar de que maneira elas contribuem para a construção de um conhecimento histórico sobre o período escravista, no Vale, no tempo presente. A partir da análise dessas tipologias e das entrevistas com guias, proprietários e pesquisadores da área, o intuito é identificar como essas fazendas históricas se inserem no contexto do turismo histórico cultural, se há preocupação em produzir narrativas com base em estudos documentais, de que maneira o tema sobre a escravidão africana na região é apresentada ao grande público, de que forma o roteiro

---

<sup>7</sup> Esses são alguns autores com os quais este trabalho dialoga, mas ao longo dos capítulos outros nomes serão citados e usados como referência para análise das questões tratadas.



da visita guiada foi organizado e se as características originais da propriedade são mantidas - como móveis, pisos, cômodos internos e externos, entre outros. Pretende-se assim identificar dois pontos distintos, mas convergentes: o valor que essas fazendas possuem nos dias de hoje e como o historiador pode agir nas formas de circulação e difusão do conhecimento histórico especializado e científico entre o grande público.

Ao final, todo o esforço de análise das bibliografias e observação de campo se estabelecerá em um projeto de atividade cultural que será apresentado no terceiro capítulo deste trabalho. A proposta de visita guiada intitulada *Conhecendo o quilombo através do jongo: São José da Serra e sua trajetória*, tem como ambiente o território da comunidade remanescente de quilombo São José da Serra, localizada em Valença/RJ. O intuito é contar aos visitantes partes da história da escravidão no Brasil através da exposição e análise de documentos manuscritos e a partir do jongo apresentar o quilombo como um território ressignificado e de lutas. A ideia é materializar as reflexões e análises realizadas ao longo deste processo de pesquisa contribuindo para que as representações do negro africano no presente não sejam construídas exclusivamente a partir da violência e opressão características da escravidão, mas sim evidenciando que o africano e seus descendentes transformaram ao longo do tempo as marcas sociais deixadas pelo trabalho escravo em luta e resistência no país.

O preconceito sustentado por diferentes agentes e instituições sociais nos variados tempos e espaços não me parece ter sido suficiente para o silenciamento de grupos negros no Brasil. A luta e a mobilização de inúmeras comunidades quilombolas em torno de seus direitos, resistência essa expressa na promulgação do artigo 68 ADCT, em 2003, bem como a ação do movimento negro feminista, que busca problematizar a realidade da mulher negra no país e mobilizar a sociedade em prol das questões raciais e da realidade social da negra no Brasil. Estas são ações que comprovam o protagonismo e a militância de grupos envolvidos na luta pela igualdade racial e social. Nesse sentido, o território quilombola foi escolhido como espaço para a organização de uma visita guiada que pretende contribuir para a construção de uma cultura histórica sobre a escravidão cada vez mais distante de

estereótipos, bem como evidenciar a real possibilidade de estabelecer diálogos entre as produções acadêmicas e não acadêmicas através de atividades culturais que se proponham a divulgar e problematizar fatos e processos históricos.

Acredito, então, que as atividades relacionadas ao turismo histórico cultural devem contribuir para a formação de um conhecimento histórico sobre a escravidão africana sem transformá-la no único caminho temático para construir representações dos negros na sociedade. Do contrário, corre-se o risco de produzir narrativas simplistas, como as que reduzem a figura do escravizado ao subordinado, por exemplo. Constituíam-se como sujeitos à medida que desenhavam nas frechas do sistema escravista a própria história e estabeleciam formas próprias para driblar o cenário opressivo. As atividades culturais devem estar comprometidas com um perfil educacional, ou seja, contribuindo para a formação de um conhecimento histórico sobre os temas que se propõe narrar. Oficinas e materiais escritos devem fazer parte do conjunto de ferramentas didáticas que serão utilizadas com os visitantes - em grande parte leigos -, além é claro de uma narrativa produzida a partir de um aprofundamento sobre os temas abordados, o que faz toda a diferença na qualidade do trabalho. Busca-se, então, atrelar diversão à conhecimento e a perspectiva é de que temas até então superficializados e silenciados entre o grande público sejam abordados de forma problematizada.

Tendo em vista as reflexões acima, o laboratório que será proposto no final deste trabalho terá como objetivo consolidar a experiência acumulada ao longo de todo o processo de pesquisa para elaborar uma atividade cultural voltada ao grande público, em diálogo com as visitas observadas. É a tentativa de ir além das reflexões teóricas e dar um tom pragmático ao trabalho. Pretende-se ainda defender a atuação do historiador na organização de atividades culturais e também mostrar a possibilidade de diálogo entre o conhecimento histórico acadêmico e demais grupos da sociedade.

Espera-se também contribuir para a construção de novos olhares e entendimentos em relação aos grupos negros, fugindo de concepções estereotipadas que em grande parte relacionam-se a uma compreensão caricata da escravidão e do escravizado, no mais das vezes, com uma associação quase automática desses grupos

ao escravismo. Em tempos de intensas mobilizações antirracistas via redes sociais e de campanhas pelo mundo todo contra o preconceito racial<sup>8</sup>, é fundamental que atividades ligadas à cultura estejam preocupadas em construir narrativas conectadas com esse contexto atual.

## **1.2. Sobre o turismo histórico cultural e as fazendas históricas: uma análise teórica**

Construir uma análise sobre as visitas guiadas e identificar a relevância dessas atividades nos dias de hoje, exige compreender contextos e significados relacionados às fazendas históricas e à atividade do turismo histórico cultural no tempo presente. Ao longo dessa segunda parte, o intuito é afirmar a relação existente entre ambos e estabelecer um panorama sobre o surgimento e desenvolvimento de atividades como as visitas guiadas na região do Vale. Pretende-se ainda explorar os termos espaço de valor e turismo histórico cultural, na tentativa de significar o espaço das fazendas e problematizar a prática turística que cresce fortemente no Vale do Paraíba, desde a década de 1990.

Abordar as fazendas e suas atividades culturais, possibilita identificar não apenas os discursos históricos que estão sendo construídos, mas também quais agentes estão envolvidos na produção dessas atividades, de que forma estão atuando na organização e quais referências utilizam para construírem as narrativas, sejam elas orais, visuais e/ou teatralizadas. Desse modo, analisar as visitas guiadas, significa investigar como a história é entendida e encenada, nos dias de hoje, pela sociedade, fora do universo acadêmico, identificar a contribuição dessas atividades na construção de um conhecimento histórico referente à escravidão no Vale e problematizar a participação do historiador em atividades ligadas ao turismo histórico cultural - fugindo à ideia restritiva de que o profissional de história atua necessariamente em sala de aula ou voltado para as produções acadêmicas.

---

<sup>8</sup> Um dos exemplos mais atuais dessas campanhas aconteceu na Copa do Mundo da Fifa de 2014, no Brasil. Em todas as partidas de futebol havia o slogan “#SayNoToRacism”. A ideia de organizar campanha se intensificou com a pressão popular, dos movimentos sociais e de camadas do legislativo que incentivaram a organização do evento a combater práticas racistas nos estádios de futebol.

O debate em torno dos diferentes campos de atuação do historiador é importante e bastante atual. Primeiro, porque essa é uma discussão que reforça a necessidade de refletir sobre a função social da carreira de historiador, ou seja, pensar sobre o seu papel na sociedade dos dias de hoje. Este papel social está ligado, principalmente, a um alargamento dos campos de atuação do profissional da história, o que com frequência não ocorre em função de uma desvalorização curricular que se atribui aos trabalhos com a história pública e com a educação básica. Os próprios cursos de graduação incentivam muito pouco essa reflexão e pouco estimulam os graduandos a compreenderem a importância de agregar os saberes científicos com o que é produzido para o grande público e para estudantes escolares. Segundo, porque o campo do turismo histórico cultural vem crescendo com força ao longo do tempo e cada vez mais com o propósito de organizar eventos e atividades culturais cujas narrativas tragam informações e contextos que tenham embasamento. A atuação do historiador, nesse sentido, dará teor científico ao que está sendo produzido para o grande público, o que justifica a importância de incentivar a participação do profissional da história no campo do turismo histórico cultural. Para Keila Grinberg:

(...) São pouquíssimos os cursos de graduação em história que têm disciplinas como “Patrimônio” ou “Relações internacionais” em seus currículos. Candidatos a historiadores pouco estagiam em museus ou em centros culturais. Mesmo a área de ensino de história na educação básica é frequentemente negligenciada. O resultado disso é que a maioria dos graduados na área foge das salas de aula dos ensinos fundamental e médio e nenhum curso de pós-graduação se dedica a formar professores para a educação básica<sup>9</sup>.

E acrescenta:

(...) Seguindo esse padrão, perdemos todos: pesquisadores, professores e alunos; Perdem os programas de pós-graduação, viciados em produzir apenas o que é bem pontuado na avaliação da Capes; perdem os alunos universitários, que têm uma formação voltada para um trabalho que dificilmente exercerão e que deixam de ser qualificados em competências que fatalmente deverão desenvolver<sup>10</sup>.

Deve-se levar em conta que as visitas guiadas têm como objetivo entreter o público visitante, sem necessariamente preocupar-se em ser didático ou mesmo apresentar uma verdade histórica sobre o que está sendo narrado. Entretanto, é possível notar que ao longo do tempo busca-se cada vez mais estabelecer diálogo

---

<sup>9</sup>GRINBERG, Keila. “Historiadores pra quê?”. In. *Revista Ciência Hoje*, 09/03/2012. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/em-tempo/historiadores-pra-que>. Acessado em: 14/09/2014.

<sup>10</sup>Idem.

entre as produções acadêmicas e não acadêmicas, a fim de construir narrativas que tragam fatos e informações ligados ao passado histórico.

Por muito tempo, não se produzia narrativas pautadas por estudos e pesquisas documentais, mas por informações que em grande parte eram retiradas de discursos do senso comum, em geral distorcidas e fantasiosas, ou mesmo inventadas. Isso, porque o objetivo principal dos proprietários não estava diretamente relacionado a formação histórica dos visitantes, mas ao lucro que poderia ser produzido com as visitas. Assim, o principal objetivo era atrair o maior número de pessoas pagantes para visitarem as fazendas. De acordo com Adriano Novaes<sup>11</sup>:

(...) E como a região em termos de produção nas fazendas não é mais um negócio lucrativo, e há ainda o problema de se ter uma casa de não sei quantos cômodos... 50 cômodos que você tem que manter. E como transformar isso ou manter isso? (...) Então, a ideia desses projetos foi muito em função disso, de revitalizar e ser viável economicamente manter uma casa dessa<sup>12</sup>.

Parte das fazendas históricas existentes no Vale fluminense, nos dias de hoje, foram herdadas por seus proprietários que buscam fazer a manutenção dessas propriedades através do turismo histórico cultural, ou seja, recepcionando visitantes interessados em conhecer a história da fazenda e da região. Para além da manutenção havia a necessidade de restaurar muitas delas. A prática turística nas fazendas se intensificou na década de 1990, embora desde os anos 80 já recebesse estudantes de arquitetura interessados em saber um pouco mais sobre as construções arquitetônicas dessas propriedades. Novaes completa:

(...) Já existia o interesse antes da década de 1990. Na década de 1980, havia uma procura grande de estudantes na área de arquitetura. Inclusive, uma faculdade de arquitetura aqui em Barra do Piraí, já tinha feito um estudo sobre o potencial e a riqueza patrimonial dessas casas de fazendas. Então isso ficava mais restrito a esse ambiente, de arquitetos. As pessoas começaram a visitar, mas tudo informalmente. Depois é que começaram a pensar nisso como um negócio que não fosse para um público específico, mas para todo mundo que gostasse de história. Além disso, a valorização do turismo histórico cultural vinha sendo muito discutida na década de 1990 - o segmento turismo cultural. Então, tudo isso convergiu. Muitos fazendeiros topavam essa possibilidade de transformar suas casas em um empreendimento turístico, não só para visitação mas para hospedagem também. Então as coisas foram surgindo assim, alguns de forma muito precária, alguns com o que tinham<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Adriano Novaes é cientista político e historiador. Atualmente, é pesquisador do INEPAC e atua como guia turístico nas visitas guiadas organizadas pela fazenda Florença, em Conservatória/RJ.

<sup>12</sup> Entrevista cedida por Adriano Novaes, no dia 19/07/2014, em Vassouras/RJ.

<sup>13</sup> Idem.

O interesse mercantil em recepcionar visitantes ainda movimentava o trabalho desses proprietários atuais com as visitas guiadas, isso é inegável, mas ao longo do tempo percebe-se cada vez mais o esforço em agregar os lucros financeiros à divulgação da história do local. Ao longo do tempo, portanto, percebe-se que o turismo histórico-cultural no Vale constituiu-se como uma prática reconhecida e que passou a comercializar a memória do passado histórico da região.<sup>14</sup> No entanto, a característica mercadológica que o turismo histórico cultural possui não necessariamente condena os eventos históricos a uma banalização mas sim a certa vulnerabilidade, que faz com que determinados contextos sejam naturalizados ou pouco problematizados.

Há também de se levar em conta as diferentes visões e percepções que esses proprietários têm sobre o passado histórico de suas propriedades e da região. A dinâmica escravista e o contexto de opulência em que essas fazendas encontravam-se no oitocentos, por exemplo, podem se materializar nas visitas guiadas, a partir das narrativas criadas pelo proprietário. Há quem prefira não aprofundar, e mesmo não mencionar, as características traumáticas da experiência da escravidão que se constituíram dentro das referidas fazendas durante o auge da produção cafeeira no XIX. Isso, no entanto, depende das percepções e intenções que essas pessoas vão assumir ao abrir as portas de suas propriedades para o público. Isso não quer dizer que o tema da escravidão fique relegado ao esquecimento por esses proprietários. Nestor Rocha, proprietário da São Luís da Boa Sorte, localizada em Vassouras/RJ, é um exemplo que busca mostrar ao público a importância de sua fazenda no passado histórico, sem registrar na narrativa apresentada aos visitantes a vertente traumática da escravidão.

Isso não quer dizer que se renegue o processo escravista, ou que se tenha a intenção de esquecê-lo, mas uma das hipóteses que pode ajudar a compreender esse recorte é o interesse em divulgar e vender o passado histórico da fazenda, a partir das características que a valorizam e a enaltecem enquanto fazenda de café no século XIX. É de mostrar ao público as riquezas materiais e simbólicas ligadas à

---

<sup>14</sup> HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000;

propriedade, assim como os luxuosos modos de vida que acrescentava a essas fazendas um ar de glamour e sofisticação, muitas vezes “importado” da Europa. Essas são características que destacam-se na maioria das narrativas de visitas guiadas que acompanhei e analisei.

No entanto, propriedades como a Ponte Alta e a São Luís da Boa Sorte diversificam suas narrativas no que diz respeito ao recorte histórico e aos fatos destacados por terem como projetos as visitas guiadas voltadas para a educação básica. Não tive a oportunidade de acompanhar esses trabalhos, mas sei da existência e da importância que os organizadores veem nas adaptações das narrativas para o público infanto-juvenil. Em seus sites, há espaços destinados a esclarecimentos sobre como levar escolas, além de fotografias que mostram passagens de visitas anteriores com o público jovem na parte chamada “turismo pedagógico”<sup>15</sup>. Em entrevista com Andreia Pit, guia turística itinerante<sup>16</sup>, foi possível ter breves informações sobre o trabalho da São Luís da Boa Sorte com o público jovem. De acordo com ela, o projeto “Uma viagem ao tempo dos barões”, no qual ela faz parte, está pautado na Lei 10.639, e escolas públicas do entorno participaram no ano de 2013 com turmas de 3o à 9o ano do Ensino Fundamental II e no ano de 2014 com turmas de 3o à 5o ano do Ensino Fundamental I. O personagem de Pit é a mucama Mariana Crioula, que apresenta a fazenda às crianças contando histórias sobre barões e escravizados que ali existiram e, de acordo com ela, inserindo o público em sua narrativa como forma de despertar a atenção e fazê-los sentir próximos do passado histórico narrado por ela.

A abordagem e o recorte que se faz do tema da escravidão, portanto, pode variar conforme o projeto de visita guiada de cada propriedade. Ao acompanhar uma visita com o guia Marcelo Muller, em São Luís da Boa Sorte<sup>17</sup> destinada a um

---

<sup>15</sup>A análise e o entendimento sobre essa nomenclatura e as características desse trabalho não serão realizados aqui em função do enfoque escolhido e das possibilidades de tempo para pesquisa e observação de campo que a análise do “turismo pedagógico” exigiria. No entanto, é importante mencionar que algumas dessas propriedades diversificam as formas de trabalhar com o turismo histórico cultural e ampliam assim a divulgação do passado histórico da região para diferentes públicos.

<sup>16</sup>Andreia Pit é guia itinerante em Vassouras e desde os 15 anos de idade trabalha com o turismo histórico cultural na região. A entrevista ocorreu no dia 12/10/2014. Pit atua em fazendas como Galo Vermelho e São Luís da Boa Sorte, ambas em Vassouras/RJ, além de trabalhar nos eventos e festivais organizados pela prefeitura local, como o “Mostra Casa Real” e o Festival do Vale do Café”.

<sup>17</sup> A visita guiada que acompanhei na São Luís da Boa Sorte com o guia Marcelo Muller ocorreu em 17/11/2013.

público mais velho que estava em excursão pela região de Vassouras/RJ, foi possível notar que seu discurso enfatizou elementos referentes aos hábitos e costumes culturais das elites da época, a riqueza estampada nas pratarias e no mobiliário existente nos cômodos e, sobretudo, a importância da São Luís para a região enquanto fazenda produtora de café no século XIX. É aí que o tema da escravidão aparece, mencionado como forma de argumentar o intenso desenvolvimento econômico da fazenda no oitocentos e o funcionamento da mesma em sua dinâmica interna - as funções dos escravos domésticos e suas relações com os barões, por exemplo.

Desse modo, percebe-se a preocupação em contar uma história do ponto de vista do baronato, ostentando a riqueza pertencente à família e a importância da propriedade para o Vale no período cafeeiro. A experiência da escravidão, nesse sentido, assume relevância no que diz respeito ao trabalho braçal desempenhado por milhares de africanos escravizados em fazendas como a São Luís da Boa Sorte, o que significou a movimentação da produção de café e o apogeu do baronato. Em contrapartida, a entrevista com Pit, mostrou indícios de que a visita organizada para os alunos da educação básica, na qual ela atua como a mucama Mariana Crioula, coloca como ênfase no discurso a figura do africano enquanto escravo na fazenda de café, como sujeito de sua própria história e dono de suas próprias ações. Essa hipótese é construída através das considerações de Pit acerca do passado escravista e da importância do negro africano na sociedade brasileira. Ela diz:

O negro escravizado aqui no Brasil, que nós chamamos de escravos, ele é tão importante quanto cada barão que aqui teve. (...) De onde vinha esse dinheiro e esse poder? Do suor do negro escravizado. Eram glóbulos vermelhos do café que estava no leito. O sangue do negro era o café. Muita dor, sofrimento, mas deixaram aí também toda a parte cultural riquíssima. Eu, quando conto história, canto o jongo pra mostrar o que é o jongo, que era uma forma de comunicação dos nossos irmãos escravos. Através do jongo ele podia cantar a saudade da sua terra natal, amor não correspondido, combinar fuga, armar festa de tambor nas senzalas, por isso, só era permitido jogar no dia dos santos católicos.<sup>18</sup>

O trabalho como guia itinerante teve início aos 15 anos de idade, através de um curso de guia turístico mirim, que foi oferecido em Vassouras/RJ pelo projeto Recriação, do IPHAN, na década de 1990. Pit conta que sua trajetória profissional na área do turismo histórico cultural foi e continua sendo muito complicado, sobretudo,

---

<sup>18</sup> Entrevista cedida por Andreia Pit, no dia 12/10/2014, em Vassouras/RJ.



por causa dos poucos investimentos e incentivos por parte da esfera governamental e mesmo privada - embora acrescente que a partir dos anos 2000, o cenário do turismo histórico na região tenha ganhado fôlego e cada vez mais impulsionado a visibilidade o Vale do Paraíba no tempo presente. Negra e de família pobre, não desistiu do trabalho como guia e estabeleceu ao longo do tempo contatos que atualmente a reconhecem como referência no trabalho de guia turístico. Pit conta que descobriu o personagem que encena até hoje, quando fez estágio no museu Casa da Hera, ainda recém formada como guia, e foi chamada por Eli Gonçalves, museóloga e funcionária do museu na época, para fazer parte do “Café Imperial”. Sobre isso, Pit afirma:

Eli Gonçalves, museóloga, foi a pessoa mais importante que eu acho que passou na vida do museu Casa da Hera. Foi a pessoa que transformou aquele museu, que deu vida àquele museu. Sabe, ela fez um produto turístico que chama-se Café Imperial. Ela vinha paramentada de sinhá, uma amiga de Eufrasinha, e vinha contar um pouco das fofocas da época. Era servido um café, um chá imperial com guloseimas de época, receitas históricas, antigas, fogão à lenha voltava a ser ativado. Tudo à luz de velas, lampião, a cozinha bem ladeando com a senzala. Então, todo um aparato e eu era uma das mucamas que servia esse café. Só que mucama não tinha voz, a gente somente servia, entrava muda e saía calada. Servia o café, o chá... Quem contava história já era a Eli Gonçalves, que era a museóloga.<sup>19</sup>

A partir da experiência no museu Casa da Hera, Andreia Pit diz ter se interessado ainda mais pelo passado escravista da região e começou a investigar qual personagem poderia melhor representar a experiência africana, principalmente, no Vale do Paraíba. Mariana Crioula, uma das líderes de uma importante insurreição do oitocentos na região<sup>20</sup>, passou a ser encenada pela guia em apresentações em festivais, eventos e visitas guiadas em fazendas. Destacou a história de sua personagem como forte e significativa para a memória não apenas da escravidão, mas da presença africana e de sua importância na construção da sociedade brasileira durante o Império. Para ela, Mariana Crioula representa tanto a força da mulher escravizada, quanto a falta de apatia em relação a condição de escrava.

Portanto, ao se apresentar aos jovens estudantes do projeto da São Luís como Mariana Crioula, Pit acaba por construir uma narrativa que tem como ponto de partida a representação da figura do escravo enquanto sujeito e pertencente não

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Ver: SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org). *Dicionário Mulheres do Brasil - de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

apenas ao universo da fazenda, mas a sociedade como um todo, uma vez que luta, reivindica e não se cala diante da violência e opressão garantida pelo sistema escravista. Essa é uma hipótese e não uma afirmação, já que em função do recorte deste trabalho não me dediquei a análise das visitas com grupos de alunos da educação básica, embora a partir da entrevista com a guia tenha sido possível observar indícios de que a experiência escravista na região é contada nos projetos de visitas guiadas organizadas pela fazenda São Luís da Boa Sorte por prismas diferentes.

Desse modo, nos dias de hoje, essas fazendas tornam-se espaços memorialísticos e que recontam no tempo presente histórias referentes ao Império do Brasil e ao papel sócio-econômico dessas propriedades na época. Ao longo do capítulo 2, a partir de uma análise detalhada sobre a visitas guiadas organizadas pelas fazendas aqui trabalhadas, será possível ampliar a compreensão sobre os diferentes discursos que são construídos não apenas em relação a experiência escravista, mas também à dinâmica senhorial que se estabeleceu no Vale do Paraíba durante o oitocentos.

### **1.3. As fazendas históricas como espaços de valores**

Refletir sobre os significados das fazendas históricas no tempo passado e no tempo presente nos faz compreender as diferentes funções que essas propriedades adquiriram ao longo do tempo, bem como a relevância que assumiram dentro dos diferentes modelos de sociedade. Se no oitocentos, a produção de café a partir da mão de obra escrava contribuía fortemente para o enriquecimento e manutenção da influência do baronato, nos dias de hoje é a abertura dessas mesmas propriedades para o turismo histórico cultural que contribui para mantê-las financeiramente e possibilita a construção de novos significados, novos valores. Vale destacar, que fazendas como a Taquara, por exemplo, investe na produção de café em pequena escala. Ao chegar na fazenda o visitante pode adquirir pelo valor de R\$10,00 um saco de 500g do café produzido atualmente na Taquara, o que torna real a vivência do passado histórico da propriedade ao longo da visita e do almoço servido pelo

Restaurante da Senzala. No entanto, nos cabe problematizar os diferentes períodos e contextos em que essas fazendas se inserem se quisermos compreender e identificar os múltiplos significados existentes nessas propriedades.

No que diz respeito ao passado histórico em que essas propriedades estão inseridas, é preciso antes de mais nada pensar a diversidade de experiências individuais e coletivas vivenciadas pelos agentes históricos que habitaram a região do Vale do Paraíba fluminense no oitocentos. É necessário, portanto, pensar o Vale como resultado de um processo de construção histórica, em que o café é uma parte e não o todo da história, embora perceba-se que a formação identitária da região está sempre muito associada à cultura do café<sup>21</sup>, tanto no XIX, quanto nos dias de hoje. Desse modo, o intuito é pensar a região para além de seus limites territoriais e refletir sobre sua construção histórico-social originada a partir das múltiplas relações estabelecidas entre os diferentes agentes sociais<sup>22</sup>.

É importante ressaltar que a riqueza e influência das famílias aristocráticas cresceu em consonância com a expansão da produção de café, que passou a movimentar a economia do Império brasileiro de forma intensa e bastante lucrativa. No entanto, atividades econômicas ligadas à mineração, à cana de açúcar e ao comércio de escravos tiveram participação importante no crescimento econômico, político e social da região, sobretudo, até as primeiras décadas do XIX, o que evidencia a ideia de que a cultura do café não foi a única atividade a enriquecer a região do Vale e contribuir para a construção de sua identidade.

O Vale do Paraíba, aos poucos, tornou-se opulente e com uma classe senhorial demarcada, hegemônica, inserida em um contexto político imperial que a cada dia se consolidava como uma nação moderna. Não há como compreender o Vale como uma região socialmente construída, se não refletirmos sobre a ideia de que o Império do Brasil se contituía a cada dia como uma nação e, portanto, pertencente a um processo de construção histórica com agentes e instituições sociais que estabeleciam entre si relações de disputas e de poder. O Vale do Paraíba, portanto, assumiu um valor simbólico para a construção da nação. O café de fato pode ter exercido esse papel

---

<sup>21</sup> MUAZE, Mariana. “O Vale do Paraíba e a dinâmica imperial”. In *Inventário de Fazendas*, fase III. Acesso em: [www.institutocidadeviva.org.br/inventarios](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios).

<sup>22</sup> Idem, pg. 295.

simbólico na formação da identidade nacional, tanto que a bandeira imperial tem como um dos símbolos folhas de café. A ideia de nação moderna foi descrita pelo historiador Ricardo Salles da seguinte forma:

Esta, como qualquer outra, é resultado de processos históricos de longa duração, em que se dão convergências entre diferenças internas e se acentuam particularidades em relação ao mundo exterior. Elas encarnam e recortam características culturais, mentalidades, padrões de comportamento econômico, social e político, geografias com ritmos lentos de mudança e com fortes raízes no passado, seja do ponto de vista histórico, seja do ponto de vista de sua simbologia.<sup>23</sup>

No XIX, portanto, o papel social das fazendas produtoras de café foi de não apenas contribuir com o crescimento econômico do Império e, de certa forma, com a hegemonia da classe senhorial, mas também estabelecer uma complexa rede de relacionamentos entre os diferentes atores sociais e os modos de vida que construíram no interior dessas propriedades. Para além das diferentes culturas materiais produzidas no interior dessas fazendas, das arquiteturas, entre outros, há de se pensar e refletir sobre as ações dos diversos sujeitos históricos existentes dentro dessas propriedades. É o que Muaze denomina como os diferentes “mundos da fazenda”<sup>24</sup>. Assim, pode-se dizer que as fazendas no passado se constituíram como espaços de valores materiais e simbólicos, uma vez que tiveram participação ativa no crescimento econômico do Vale enquanto região, do Império enquanto nação, e na constituição de experiências sociais estabelecidas entre sujeitos históricos em seus interiores.

Mas por que as fazendas históricas podem ser consideradas espaços de valores? Quais valores estão sendo construídos nos dias de hoje pelas fazendas históricas e por quais agentes e/ou instituições? As fazendas no tempo presente trazem significados diferentes, uma vez que possuem um papel social diferente do que tinham na sociedade do XIX. Nesse sentido, é possível afirmar que as fazendas históricas aqui trabalhadas não se esvaziaram de sentidos, de funções. Pelo contrário, foram ressignificadas, atualizadas. Desse modo, é importante compreender de que maneira essa ressignificação ocorreu, quem são os agentes envolvidos e quais as

---

<sup>23</sup> SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Ponteio, ed. 2, p. 17, 2013.

<sup>24</sup> Mariana Muaze, Op.Cit, p. 319.

intenções em investir nessas fazendas no tempo presente, além é claro, de identificar os valores existentes nessas propriedades atualmente. É relevante ainda apontar para o fato de que tais valores mudam no tempo, o que aponta para a mobilidade de significados e representações que as fazendas históricas podem assumir. Atrelado a isso, é possível afirmar ainda que no mesmo tempo há diferentes valores em disputa construídos por agentes sociais com interesses diversos. O entendimento da diacronia e da sincronia do tempo torna-se importante, nesse sentido, para compreendermos as disputas de memória existentes nessas propriedades.

A ideia de espaços de valor está totalmente associada ao que o historiador Pierre Nora identificou como lugares de memória, definição essa que ocupou um lugar historiográfico entre importantes trabalhos de cientistas sociais e historiadores, sobretudo, nas últimas décadas<sup>25</sup>. Para Nora, os lugares de memória são lugares em todos os sentidos do termo: vão do material ao simbólico, relacionam-se a estátuas, monumentos, eventos, práticas culturais. Margarida de Souza Neves afirma que “é no longo ensaio introdutório dos sete volumes intitulado ‘Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux’, que Nora explicita o conteúdo da noção de lugares de memória”<sup>26</sup>. De acordo com ela:

(...) Os lugares de memória são para Nora, lugares em um triplice sentido: são lugares tangíveis, sejam ou não lugares físicos e dotados de materialidade, sempre apreensíveis sensorialmente, como no caso dos acordes de Marseillaise ou dos sabores da gastronomia francesa. (...) São lugares funcionais, carregados desde a sua origem ou revestidos posteriormente da função de construir a memória francesa. Finalmente, são lugares simbólicos nos quais se adensam características emblemáticas da memória da França, vale dizer, de sua identidade.<sup>27</sup>

As fazendas históricas, nesse sentido, tornam-se lugares de memória, pois abarcam os sentidos do tangível, da funcionalidade e do simbólico definidos por Nora, o que possibilita denominar essas fazendas como espaços - a estrutura física da fazenda em si - de valores - nos sentidos simbólico, memorialístico, histórico, turístico, material. Essas propriedades são, portanto, espaços físicos carregados de significados reconstruídos ao longo do tempo a partir de agentes sociais e suas

---

<sup>25</sup> Ver: NEVES, Margarida de Souza. “Pierre Nora (1931 - )” In PARADA, Maurício (org.). *Os historiadores clássicos da história: de Ricouer a Chartier*. Petrópolis/RJ: Vozes, Vol.3, 2014.

<sup>26</sup> Idem, pg. 207.

<sup>27</sup> Idem, pg.207.

experiências, que proporcionam a esses espaços mudanças, permanências e a formação de uma identidade que caracteriza essas fazendas nos dias de hoje.

É importante ressaltar, no entanto, que nem tudo pode ser caracterizado como lugar de memória, já que é necessário ter uma intenção memorialística que possibilite a construção de significados e a formação de características identitárias. Para tanto, história e memória caminham juntas e se estabelecem em um jogo de disputas. História e memória são antônimos que se complementam e que juntos possibilitam o equilíbrio entre o absoluto e o relativo<sup>28</sup>.

O turismo histórico cultural tem importante participação nesse processo de resignificação e valorização das fazendas históricas no tempo presente. Desde a década de 1990, a atividade turística na região do Vale do Paraíba cresceu e as fazendas históricas da região assumiram papel importante no desenvolvimento da prática turística no Vale. Para Adriano Novaes, o turismo histórico cultural foi o caminho encontrado por muitos proprietários que haviam herdado essas propriedades e precisavam mantê-las. A possibilidade de abrir essas fazendas à visitação pública fez com que muitos proprietários investissem nesse negócio e passassem a cobrar pela entrada dos visitantes nas fazendas. O trabalho com as visitas guiadas surge e vai ocupando espaço no cenário turístico da região, mas inicialmente sem muitas pretensões de organizar uma atividade cultural comprometida com os estudos e pesquisas históricas referentes ao passado do Vale. Segundo Novaes:

(...) A coisa vai acontecendo muito precariamente, muito na afã de vender isso e atrair turismo. Até então o que eu tinha pra mostrar? Uma casa muito bacana. Tinha isso e pronto: a ideia se restringia a mostrar uma casa muito bonita. Aí depois começou a se pensar em como apresentar isso, que é o que a gente fala da interpretação do patrimônio. Então a gente começou a identificar essas falhas nas narrativas e ver que não era bem assim como estavam narrando. Essa história que se está contando não é bem assim. E junto com esse problema existia uma outra questão, que aí pega muito pro meu lado que é de guia de turismo, que é a tradição - e isso não aconteceu só no turismo daqui, mas com quem trabalha com turismo em geral e, principalmente turismo cultural. Há uma cultura absurda em torno da prática dos guias em florear, inventar. Então ele romancia uma história. Faz uma narrativa lúdica pra ela ser uma coisa interessante pra quem tá visitando. Então criou-se essa cultura de que “vamos floriar, vamos falar que isso aqui era o paraíso”<sup>29</sup>.

E acrescenta:

---

<sup>28</sup> Idem, pg.208.

<sup>29</sup> NOVAES, Adriano. Op. Cit.

(...) O problema todo dessas fazendas com esse turismo aqui no Vale é que são propriedades particulares. Desse modo, as pessoas dizem que se é a casa delas, elas se sentem no direito de dizer o que bem entendem. Você tá comprando porque você quer, você não é obrigado. Você tá comprando esse passeio. Então aqui na minha casa eu falo o que eu quero<sup>30</sup>.

Desse modo, percebe-se que inicialmente a intenção desses proprietários em inserir as fazendas no contexto do turismo histórico cultural se restringia a um interesse estritamente comercial, o que na fala de Adriano Novaes significou produzir narrativas muito pouco comprometidas com a história da região e da própria fazenda, ou seja, não se recorria a pesquisas e estudos históricos que embasassem o que estava sendo reproduzido à visitantes na fala de guias e proprietários. O tema da escravidão, por exemplo, de acordo com o pesquisador, há muito tempo é apropriado nesses discursos através de duas chaves de entendimento: o da fantasia e o da submissão. Primeiro, porque a intenção do proprietário tende a mostrar um passado histórico de luxo e glamour e a violência da escravidão acaba por evidenciar um lado opressivo da história dessa fazenda. Segundo, porque os discursos em torno do africano escravizado ficam pautados na ideia de obediência e apatia, evidenciando uma espécie de resignação em relação a condição de escravo. Sobre isso, Novaes diz:

(...) Quando eles começaram a vender a ideia de fazenda e do período, do ciclo do café aqui, do império, a palavra era: glamour. O glamour, o luxo das casas imperiais do século XIX. As casas são verdadeiros palacetes. Então eles começaram a focar muito nisso. Eles começaram a vender a ideia da cidade dos barões, a casa dos barões. E o escravo que é fundamental nessa história toda ficou como um mero elemento coadjuvante. E pra mim é o contrário. As pessoas sempre falam: Vale dos barões, casa dos barões, e eu digo que não é, eu sempre questionei isso, porque isso só aconteceu por existir toda uma exploração do trabalho escravo, que é um trabalho de graça e se não fosse talvez não existiria. Inclusive, é toda essa a discussão do século XIX, da escravidão, justamente por que não existiria o Vale se não tivesse escravidão<sup>31</sup>.

Aos poucos, através da crescente inserção de historiadores e estudiosos na organização dessas visitas guiadas e em eventos culturais que são promovidos na região, é possível perceber que alguns desses proprietários buscaram atualizar suas narrativas e recorrer ao uso de documentos e bibliografias que deem cabedal para a construção de narrativas ligadas ao passado histórico do Vale. No papel de

---

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Idem.

historiadora e visitante, pude perceber que todas as fazendas em que estive havia a preocupação em explicitar ao público que as informações contidas nos discursos tinham sido retiradas de documentos encontrados na própria fazenda, ou mesmo de pesquisas realizadas pelo guia ou pelo proprietário, a fim de construir uma narrativa de qualidade sobre a história da região. A meu ver, se a qualidade esperada não foi atingida ao menos a intenção de alcançá-la existiu.

Mudanças e estabilidades<sup>32</sup> são termos que ajudam a pensar a existência dessas fazendas ao longo do tempo e a participação de agentes sociais e instituições na manutenção física e simbólica dessas propriedades. Se no XIX, as fazendas tinham como função principal produzir culturas, a fim de gerar riquezas e movimentar a economia, nos dias de hoje, elas têm como principal função divulgar a história do Vale vendendo-a a grupos de visitantes que em grande parte estão interessados em vivenciar um passado do qual não fizeram parte. As funções mudam, mas o sentido comercial permanece. É preciso levar em conta os diferentes interesses de grupos e instituições nessa dinâmica temporal e espacial, uma vez que possuem papel importante na formação identitária dessas propriedades que no tempo presente, a meu ver, volta-se para a venda do passado histórico e para a publicização da história e da memória do Vale através do turismo histórico cultural.

#### **1.4. O turismo histórico cultural no Vale: reflexões e definições**

Pensar o papel social das fazendas é pensar de que maneira essas propriedades, nos dias de hoje, se inserem na sociedade e quais agentes e instituições estão envolvidos na tarefa de manter vivas as memórias e histórias relacionadas às fazendas históricas e ao Vale no XIX. É certo que proprietários, na condição de herdeiros ou compradores, guias turísticos e instituições públicas e privadas como a LIGHT, o INEPAC, o Instituto Cidade Viva, entre outras são os principais envolvidos no trabalho de preservação das fazendas no tempo presente. Um dos caminhos utilizados para a manutenção dessas propriedades é o turismo histórico

---

<sup>32</sup> MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Ver palestra do historiador sobre sociedade e preservação concedida à UFMG em 24 de setembro de 2010. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/016918.shtml>. Acessado em: 20/05/2014.



cultural, que ao expor essas fazendas ao grande público e possibilitar a divulgação de histórias, faz com que essas propriedades tornem-se espaços de publicização e circulação de memórias em grande parte vinculadas aos tempos do apogeu da produção cafeeira no Vale do Paraíba.

Compreender por que os proprietários, a partir da década de 1990, começaram a se envolver com o turismo histórico cultural e de que forma essa interação ocorreu é importante para refletirmos sobre a relação que essas fazendas começaram a estabelecer com o passado histórico e qual o papel social que essas propriedades assumiram no tempo presente. Para tanto, deve-se problematizar a prática turística escapando das teorias que limitam o turismo ao passeio, ao lazer e aproximar-se das definições que apontam o turismo como uma experiência histórica e o turista como um “ser” histórico em construção<sup>33</sup>.

O turismo analisado enquanto fenômeno está pautado na ideia de movimento, deslocamento humano e, nesse sentido, o homem está inserido nesta ideia, já que é considerado objeto e sujeito de seus deslocamentos turísticos<sup>34</sup>. Desse modo, ultrapassa-se a visão positivista que reduz o turismo à diversão, ao passeio de férias ou do final de semana e prioriza-se uma reflexão filosófica do termo, o que acredito facilitar o entendimento sobre a interação entre as fazendas e o turismo histórico cultural. Isso não quer dizer que participar de visitas guiadas não seja divertido ou não esteja atrelado ao lazer e à ideia de passeio, mas é importante refletirmos a prática turística para além dessa definição.

O turismo histórico cultural vem sendo pensado ao longo do tempo como uma atividade contrária aos turismos de massa das décadas de 1960/1970, que estavam fortemente atrelados às praias, por exemplo. Os termos turismo cultural e turista cultural têm sido usados para referir-se a um novo tipo de atividade turística e de pessoa turista. Em linhas gerais, o turista cultural não busca somente viajar para se distanciar por um tempo de seu local de vida rotineira, mas sim viver experiências significativas, entrando em contato com diferentes hábitos culturais<sup>35</sup>. Esse é um dos

---

<sup>33</sup> NETTO, Alexandre Panosso. *Filosofia do turismo: teoria e epistemologia*. São Paulo: Aleph. 2 ed., 2011, pg. 36.

<sup>34</sup> Idem, pg. 26.

<sup>35</sup> Ver Estudos de Competitividade do turismo brasileiro. Documento de propriedade do governo federal, com o objetivo de ampliar o debate nacional sobre o futuro do setor turístico e fomentar a

principais fatores que distingue o turismo histórico cultural do chamado turismo de massa: a motivação do viajante em ter contato com uma dimensão cultural do local de destino. Mas, o que pode ter contribuído para que a cultura tenha se tornado uma fonte de demanda do turismo? Para o Ministério do Turismo:

As razões para o aumento deste tipo de demanda turística são várias (...). Um argumento que se sobressai é o de que isto se deve à necessidade de ir ao encontro de “identidades culturais” específicas, que no imaginário desses potenciais turistas, estariam fadadas ao desaparecimento com a alardeada globalização. (...) No caso brasileiro, pode-se adicionar a esse fluxo aquele intra-nacional que provém de regiões mais abastadas economicamente (centros industriais, urbanizados e cosmopolitas) para outros onde o turista cultural pode entrar em contato com uma cultura preservada de propalada globalização<sup>36</sup>

O turismo histórico cultural está inserido no chamado “novo turismo”<sup>37</sup>. Desde a década de 1980, que a cultura passou a se fazer presente na prática turística de muitos grupos e a ser incorporada por ofertantes dos serviços de turismo em seus pacotes de viagens. O velho padrão de turismo tinha como características férias padronizadas, com pacotes inflexíveis. Além disso, a clientela alvo era tratada de forma homogênea. As férias pareciam ser consumidas em massa, sem a menor consideração pela cultura e meio ambiente dos locais que recebiam os turistas. À nível global era esse o modelo de turismo que se tinha difundido e que passou a movimentar a economia de vários países. Aos poucos, a política de atração hoteleira, as novas tecnologias no que diz respeito ao transporte, a prosperidade do pós-guerra e outros fatores deixam de alimentar esse tipo de turismo. Em todo o mundo, o turismo de massa parece aos poucos perder sentido, mas não espaço. O turismo histórico cultural, portanto, se constitui enquanto manifestação desse “novo turismo”<sup>38</sup>.

Pensar o turismo somente enquanto prática não é o bastante. É importante também refleti-lo enquanto conceito. No final de 2003, por iniciativa do Ministério do Turismo, um grupo técnico temático sobre turismo cultural, composto por representantes de diversas organizações da área foi criado com o intuito de chegar a

---

pesquisa nesse campo de conhecimento. Produzido na década de 2000 por profissionais e teóricos da área. Disponível em:

[http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/cadernos\\_publicacoes/13estudos.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/13estudos.html)

Acessado em: 29/07/2014.

<sup>36</sup> Idem, pg.8.

<sup>37</sup> Idem, pg.10.

<sup>38</sup> Idem, pg.12.

uma definição mais precisa do termo, afim de nortear o debate e a criação de políticas relacionadas à área. Tanto o IPHAN, como o Ministério da Cultura fizeram parte desse esforço de definir com mais precisão o fenômeno do turismo histórico cultural. A partir dessa comissão, foi possível delimitar uma definição mais precisa para o termo que foi expressa no documento “Marcos conceituais dos segmentos de turismo”, que veio a público no salão do turismo de São Paulo, em junho de 2006. A definição adotada foi a seguinte:

Turismo cultural corresponde as atividades relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura<sup>39</sup>.

Analisar as características, pensar definições e compreender a nomenclatura turismo histórico cultural, nos faz refletir sobre o caráter histórico da prática turística apontado por Panosso<sup>40</sup> e dos agentes envolvidos. O movimento turístico é uma experiência no sentido de que os bens e serviços ofertados aos turistas são experienciados historicamente, não apenas pelo turista, mas também pelos ofertantes desses serviços, desde recepcionistas até o piloto do avião, por exemplo. O que diferencia essas pessoas umas das outras é justamente a forma de experiência que cada uma terá ao longo desses momentos. Experimentar é vivenciar. Vivência e experiência são elementos importantes do tempo e do espaço, o que nos faz compreender que o fenômeno do turismo está inserido em um contexto histórico, com agentes históricos. Para o autor:

(...) É possível dizer que o turismo é também um fenômeno de experiências vividas de maneiras e desejos diferentes por parte dos envolvidos, tanto pelos turistas, quanto pelos empreendedores do setor. (...) Pela experiência passada, presente e pela que virá a ser é que se constrói o ser turista e se configura o fenômeno turístico, em uma complexa e imbricada relação de intercâmbio de bens e serviços, desejos, objetivos e anseios subjetivos construídos por esse ser-turista para si e de si mesmo<sup>41</sup>.

Acima, o autor sintetiza a ideia de que o homem enquanto turista não é objeto, mas sim um sujeito em construção, em permanente formação e extremamente importante para o desenvolvimento do turismo enquanto fenômeno, enquanto

---

<sup>39</sup> Ver: “Marcos conceituais dos segmentos do turismo”, junho de 2006. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/cadernos\\_publicacoes/14manuais.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/14manuais.html). Acesso em: 02/08/2014.

<sup>40</sup> NETTO, Alexandre Panosso. Op.Cit, pg.36.

<sup>41</sup> Idem. pgs.36 e 37.

processo histórico. Nesse caso, o turismo está completamente envolvido com a busca da experiência humana, a busca pela formação do ‘ser’ interno do homem, fora do seu local de experiência rotineira. A referência ao turismo como fenômeno não é a toa nesse sentido, já que se trata de um processo desenvolvido no tempo e no espaço e entendido como um processo dinâmico do qual indivíduos e grupos fazem parte. Desse modo, é possível afirmar que o turismo é histórico por se desenvolver no tempo e no espaço através da ação de agentes sociais que fazem da prática turística uma forma de viver outras experiências. É também cultural por se estruturar enquanto manifestação de uma nova forma de fazer turismo, que passou a privilegiar o contato com diferentes identidades e modos de vida, o que configura o desejo desse ser-turista em vivenciar encontros artísticos, científicos, de formação e informação.

Desse modo, ao considerar as fazendas históricas como bens culturais, é possível afirmar que proprietários ao fazerem uma utilização turística dessas propriedades contribuem para a valorização, promoção, manutenção e permanência das mesmas no tempo como símbolos de memória e identidade. A inserção dessas fazendas na atividade do turismo histórico cultural, portanto, contribui para a difusão do conhecimento sobre a fazenda enquanto bem cultural e o passado histórico no qual esteve inserida, bem como facilita o acesso a moradores e turistas à propriedade e ao contato com a história da região - embora a organização das visitas guiadas tenha como foco principal o público turista pagante, talvez por ser comercialmente mais interessante aos proprietários e instituições envolvidas.

É importante ressaltar que o lazer não está de fora das atividades culturais promovidas pelo turismo histórico. Muito pelo contrário. Compreender a prática turística é também levar em consideração o divertimento. No entanto, o intuito aqui foi problematizar a prática turística, que vem ganhando novos contornos e significados desde a década de 1980 e sinalizar o fato de que as fazendas históricas do Vale do Paraíba são visitadas por turistas motivados a vivenciar e conhecer bens culturais, materiais ou imateriais, de modo a experienciá-los através do conhecimento - busca por aprender e entender o objeto da visita - , ou de experiências participativas, de entretenimento, que ocorrem em função desse mesmo objeto de visita.

Para além de desejar o contato com outras culturas e experiências, haveria outro elemento motivador para que grupos e indivíduos tenham interesse em visitar e até mesmo se hospedar em fazendas históricas? E em relação aos proprietários? O que os motiva abrir as portas de suas propriedades para o grande público? Para todas essas questões é interessante refletir sobre a possibilidade de haver um fator nostálgico acerca de um passado histórico que parece ser construído de forma positiva no imaginário de algumas pessoas. Os tempos do Império, sobretudo, os do Segundo Reinado, aparecem no imaginário histórico brasileiro marcados pela imponência da nação e de seus governantes e pela ideia de integridade na administração política imperial<sup>42</sup>.

Essa última afirmação caracteriza uma ideia que se faz presente nas narrativas das visitas guiadas em que estive presente. Há uma nítida impressão de que os visitantes ao procurarem um passeio que incluía a visita e hospedagem em fazendas históricas do Vale, buscavam estar em contato com o luxo, o glamour, o requinte e a pompa que foi existente entre as famílias aristocráticas no XIX. Os tempos do Império, nesse sentido, parecem ser compreendidos como tempos áureos, de prosperidade, de ordem política e social. Portanto, as fazendas tornam-se símbolos de uma identidade imperial caracterizada pela riqueza aristocrática e probidade administrativa. Essa é uma hipótese que pode ajudar a responder as questões acima.

Para Salles:

O apelo à monarquia, principalmente, o período do Segundo Reinado existia e parte da resposta estava no próprio fracasso da República em suas diferentes versões - de 1889/1891, de 1930/1945, de 1945/1964 -, em construir uma sociedade e uma imagem dessa sociedade que se mostrasse claramente mais avançada que o antigo regime. (...) O império se mostrara capaz de construir uma imagem de solidez que ainda não teria sido suplantada por nenhuma das repúblicas que o sucedera<sup>43</sup>.

E completa:

A República, ao manter a exclusão e eliminar a escravidão, teria, na verdade, criado uma tensão sempre presente entre o sentido universal dos direitos políticos e civis e sua efetiva restrição na prática<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> SALLES, Ricardo. Op.Cit, pg. 10.

<sup>43</sup> Idem. pg. 10.

<sup>44</sup> Idem. pg. 13.

Há, portanto, a nostalgia de um passado histórico não vivido que impulsiona o desejo de muitas pessoas em ter contato com elementos que o tornem vivo no presente. É importante ressaltar que esse sentimento nostálgico não se manifesta em todos os grupos sociais da mesma forma, muito menos com os mesmos princípios, o que torna a nostalgia pelo período do Império difusa e heterogênea. Mas, em linhas gerais, arrisco afirmar que o que move o interesse do público visitante das fazendas, seja ele de qual classe social for, é o desejo pelo contato com aquilo que nunca experimentou. Os elementos que simbolizam a riqueza e a grandeza das famílias aristocráticas estão presentes nessas propriedades e impressionam não apenas pela ostentação material, mas também pelos valores da sociedade imperial presentes no ambiente e nos discursos de guias e proprietários. Não à toa, fazendas históricas não são apenas visitadas, mas também herdadas e compradas.

A respeito dos proprietários tenho como hipótese a existência de um desejo em ocupar uma posição social de status que nunca tiveram, mas que gostariam de ter. Nesse sentido, administrar uma fazenda é quase que tornar-se um aristocrata e abrir as portas de suas propriedades é praticamente como receber amigos convidados em sua casa. O ato de comprar uma fazenda traz consigo a ideia de poder financeiro e a aquisição por herança traz consigo a ideia de tradição familiar. Os discursos dos proprietários das fazendas Taquara e Florença, por exemplo, aproximam-se muito dessa ideia nostálgica. Marcelo Estrevan, da fazenda Taquara, e Paulo Roberto, da fazenda Florença, conduzem pessoalmente os visitantes por suas propriedades e criam eles mesmos as narrativas contadas durante a visita guiada. Ambos têm a preocupação em afirmar que procuraram estudar sobre o Vale no XIX e que se empenham em contar aos visitantes uma história real, sem fantasias, invenções. Portanto, pesquisam em livros, conversam com pesquisadores e moradores locais, entram em contato com documentos manuscritos, fotografias e imagens da época, por exemplo, com o intuito de contar histórias sobre suas propriedades que se aproximem do que de fato ocorreu, segundo eles.

A partir disso, constroem discursos bastante pautados num sentimento saudosista em relação ao Império, já que foi nesse período que suas propriedades alcançaram grandes riquezas, e nos modos de vida aristocráticos que são narrados

como hábitos e costumes glamourosos, civilizados. Tanto na Taquara, quanto na Florença a experiência africana escravista, ou seja, do trabalho e do açoitamento, é mencionada como uma dinâmica fundamental para a obtenção e manutenção das riquezas oriundas, sobretudo, da ascensão do café.

A ideia de nostalgia, no entanto, não se aplica somente para os discursos de proprietários. Andreia Pit, guia itinerante, ao falar dos motivos que a levou escolher trabalhar com o personagem de Mariana Criola, expõe enfaticamente seu carinho e interesse pela experiência africana no Brasil escravista. Para ela, é de extrema importância que o negro africano torne-se personagem principal do passado histórico do Vale, sem que haja o foco permanente no sofrimento e na condição de escravo. O africano como protagonista nas narrativas sobre o Vale e o Império torna-se fundamental para a valorização dos hábitos e costumes, além de contribuir para a construção de sentimentos antirracistas e proporcionar aos visitantes turistas uma visão problematizada sobre a dinâmica da escravidão no Brasil imperial. Pit ao longo da entrevista, enaltece a figura de Mariana Criola e de outros africanos que se destacaram na historiografia como líderes de insurreições e revoltas enfatizando a importância de levar ao grande público histórias que revelem a coragem e autonomia de quem aqui era escravizado. A memória e a nostalgia são campos em disputa entre os diferentes agentes que fazem parte da dinâmica do turismo histórico cultural e da história pública.

O turismo histórico cultural, portanto, tem um papel significativo na manutenção da memória e na construção de histórias, sobretudo, sobre o período do oitocentos no Vale do Paraíba. A prática turística na região, nesse sentido, é organizada por instituições e agentes interessados em movimentar a economia do Vale e fazer a manutenção estrutural de espaços como as fazendas através da divulgação e comercialização da história.

### **1.5. A história pública e a formação de uma cultura histórica**

A produção de história pública é uma discussão que ganha força no cenário historiográfico e cada vez mais movimenta a produção de discursos históricos voltados para o público leigo. Em relação às fazendas históricas no tempo presente, a

produção de história pública é uma das principais ferramentas de construção de valores e significados, de divulgação da história e de formação de uma cultura histórica sobre o Vale, sobretudo, no XIX e a escravidão. A história pública, então, representa uma das muitas formas de divulgação do conhecimento histórico<sup>45</sup> e um dos caminhos usados para isto é o turismo histórico cultural, que viabiliza a democratização do conhecimento sobre o passado histórico da região, já que está destinado a um público leigo, ou seja, sem um entendimento acadêmico sobre a história.

Para além de se tornar um nicho de trabalho para profissionais que não querem ou não conseguem ingressar em instituições acadêmicas e escolares, a história pública relaciona-se a outros propósitos que vão além dos programas de pós-graduação e de pesquisa. Passa pela relação com a consciência histórica, assim como pela relação com memórias individuais e coletivas, pela mobilização de comunidades, entre outros. Por essas e outras que é possível afirmar que produção de história para o grande público contribui para a formação de uma cultura histórica sobre fatos e eventos ocorridos ao longo do tempo.

O acesso ao conhecimento histórico é irrestrito através da história pública e pode se dar de algumas maneiras, como através dos bancos escolares, dos chamados “lugares de memória”, da produção de documentários, filmes de viés histórico, etc. Todos esses exemplos são compreendidos como canais de divulgação de histórias e memórias, que não excluem necessariamente um caráter historiográfico e científico. Assim, o processo de formação de uma educação histórica do senso comum mantém diálogo com o universo acadêmico<sup>46</sup>. A história pública leva a história científica à praça pública, discute problemas históricos semelhantes - se não idênticos - aos da história produzida academicamente. No entanto, diferencia-se dessa última em sua relação com os consumidores de história<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> Ver: Fonseca, T. N. L. “Mídias e divulgação do conhecimento histórico“. In. *Aedos*, n. 11, v. 4, setembro de 2012, p. 129-140.

<sup>46</sup> ALBIERI, Sara. "História pública e consciência histórica" In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p.19-28.

<sup>47</sup> Ver: <http://historiapublica.com.br/>. Acessado em: 01.07.2014.



A ideia de história pública é tão ampla que quase toda atividade que o historiador desenvolva fora do campo de ensino e da pesquisa universitária pode ser considerada como história para o grande público. Isso acaba tornando o campo de atuação do profissional da história menos restrito e viabilizando o diálogo entre o que é produzido dentro e fora da academia. Exemplo desse diálogo está nos discursos produzidos pelos guias e proprietários das fazendas que visitei. Ao explicitarem aos visitantes que as informações ali trazidas haviam sido retiradas de fontes documentais, as visitas guiadas não estão apenas dialogando com o que é produzido na academia, mas usando a referência à ela como forma de legitimar a narrativa e mostrar aos visitantes que a história contada é verdadeira, o que vai de encontro com a ideia de que a narrativa da visita é um romance, uma ficção.

Há muitos projetos de visitas guiadas circulando pelo país e que tem como perfil dialogar com o meio acadêmico. A casa de cultura de Pirai/RJ é um desses exemplos. Fundada em 2005, localiza-se no município de Pirai/RJ<sup>48</sup> e foi inaugurada na região com o intuito de aproximar moradores e visitantes da história de Pirai e, por consequência, do Vale. Sob responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura, a casa de cultura foi inaugurada no prédio do antigo presídio do município organizando visitas guiadas com grupos escolares e turistas através de guias sem formação na área de história e contratados pela prefeitura. Um dos curadores da exposição foi José Maria Campos Sales, atualmente responsável geral do Arquivo Municipal de Pirai/RJ. Ao entrevistá-lo em 2012 em decorrência da monografia, foi possível identificar a preocupação por parte dele e de outros envolvidos em contar a história do município a partir do que os documentos escritos e orais relatavam. Em entrevistas com moradores, historiadores, visitas a arquivos e pesquisas historiográficas, José Maria conseguiu atrelar à exposição uma sequência temporal e espacial, assim como apresentar e, sobretudo, problematizar a experiência indígena e africana na região do Vale do Paraíba. Através de imagens e maquetes o protagonismo do africano e do indígena foram expostos ao exibir suas diferentes etnias, seus hábitos culturais e religiosos, suas formas de resistência. O passado histórico do Vale é apresentado ainda de cima para baixo, ou seja, através de um discurso que parece contar a história

---

<sup>48</sup> Tive acesso à casa de cultura através de entrevistas realizadas ao longo de 2012 com José Maria Campos Sales, ex-funcionário da casa de cultura e atual responsável pelo Arquivo Municipal de Pirai.

da região a partir das classes dominantes, mas apresentando as classes minoritárias como sujeitos de suas próprias histórias, com suas próprias línguas, modos de vida, crenças e resistências ao sistema escravista.

O Projeto Santa Afro Catarina<sup>49</sup> é outro bom exemplo de propostas de divulgação de histórias e memórias através da produção de visitas guiadas. Realizado no estado de Santa Catarina, o projeto organiza visitas nos lugares de memória-afro espalhados pela região, tendo como objetivo destacar-se como um Programa de Educação Patrimonial sobre a presença africana em Santa Catarina. Desde 2011, o Santa Afro atua com a participação de pesquisadores da UFSC, das áreas de História da Diáspora Africana, Patrimônio e Ensino de História e é organizado por Beatriz Gallotti Mamigonian, professora do Departamento de história da UFSC. Com módulos temáticos e roteiros históricos é possível identificar no projeto os principais temas a serem abordados no que diz respeito ao passado escravista e as formas de identificá-lo no presente.

As visitas do primeiro sábado de todo mês são gratuitas para quem não estiver sozinho ou em grupos pequenos, sem precisar agendar. Identifica-se já pelo site que o grupo divulga as visitas guiadas alertando para o fato de que os roteiros são todos produzidos com base em pesquisas de arquivos e as narrativas por eles produzidas apresentam o que há de mais atual na historiografia sobre a História do Brasil e de Santa Catarina. Ou seja, a proposta do grupo em trabalhar com o grande público prioriza o diálogo com o conhecimento científico sobre o passado histórico e não restringe visitantes por estar só ou em pequenos grupos, apontando para a ideia de que o objetivo do Santa Afro provavelmente está mais atrelado a divulgação da história e menos ao lucro que a atividade pode trazer. No caso das fazendas, o público é sempre pagante e os valores nem sempre acessíveis a grupos de classe média baixa ou mais pobres. O Santa Afro promove cursos de educação patrimonial, organiza visitas às escolas, monta seus roteiros e módulos temáticos com base no que é produzido dentro do meio acadêmico. A proposta a meu ver inclina-se bastante para ideia de publicizar a história em vez de restringi-la a grupos favorecidos economicamente ou em contato com a universidade.

---

<sup>49</sup> Mais informações em: <http://santaafrocatarina.blogspot.com.br/>. Acessado em: 18/03/2014.

Trata-se de uma atividade cultural organizada por acadêmicos da área de história, ou seja, fortemente ligados às discussões historiográficas mais recentes sobre História da África e Ensino de História da África, o que pode ser importante no momento de organizar a metodologia dos roteiros e dos módulos temáticos apontando de forma mais específica os lugares mais interessantes a serem visitados e as informações sobre o passado histórico mais relevantes a serem mencionadas. Mas produzir uma narrativa estritamente voltada para a trajetória do africano escravizado no Brasil, bem como montar um discurso que faça os visitantes compreender a experiência do negro não pelo prisma do preconceito ou da racialização, mas da cidadania e do protagonismo exige, sobretudo, uma visão de mundo que valorize a experiência das minorias e defenda a formação de sociedades igualitárias compreendendo fundamentalmente a importância dos direitos humanos e o cumprimento deste. Do contrário, o diálogo entre academia e história pública não significará o preenchimento de possíveis lacunas, tão pouco de um discurso voltado para a problematização da história do negro no Brasil. Nesse sentido, o Santa Afro é mais que uma atividade cultural, porque não se limita a guiar os visitantes pelas ruas históricas de Santa Catarina. É um projeto de história pública que visa trabalhar com educação patrimonial ao articular patrimônio e história local.

Em relação às fazendas, Adriano Novaes relata que ainda no início, guias e proprietários negligenciaram a importância do diálogo com as pesquisas acadêmicas por encararem as visitas guiadas como uma atividade comercial, que deveria gerar o suficiente para contribuir na manutenção da fazenda. Nesse sentido, muita coisa deixava de ser contada e, principalmente, problematizada. De acordo com o pesquisador, ainda há muito o que aprimorar, mas boa parte dos envolvidos na organização dessas visitas guiadas vêm privilegiando o contato com pesquisas históricas sobre o passado do Vale e dos grupos que fizeram parte da região e das fazendas, sobretudo, no XIX. No entanto, há de se ressaltar que o comprometimento cada vez maior de parte dos envolvidos com o turismo histórico cultural em organizar visitas cujas narrativas estejam cada vez mais atreladas à pesquisa documental em nada garante a produção de um discurso problematizado. A história dos africanos escravizados é abordada pelos discursos de guias e proprietários ainda

hoje pelo prisma unilateral da submissão e do sofrimento, do trabalho braçal nas lavouras e dos castigos corporais, superficializando a autonomia e o protagonismo que os africanos assumiram no contexto da escravidão no Brasil.

Contudo, por muito tempo a produção de história pública implicou na banalização do historiar, à medida que a chamada "cultura de massas" significou para a mídia de grande circulação encarar o público leigo como um grupo acrítico, meramente inclinado a alimentar o mercado consumidor cultural - o que favoreceu o surgimento de produções pouco qualificadas e distantes do meio acadêmico e científico do fazer história<sup>50</sup>, o que não deve estabelecer uma imagem da grande mídia como vilã, tão pouco a produção de história pública como desqualificada, mas sim contribuir para a aproximação entre acadêmicos e profissionais da história pública. A ideia de que “o passado, ou ao menos suas formas populares, estão a nos rodear<sup>51</sup>” dialoga em grande parte com o chamado “boom” da memória - exposto por boa parte da historiografia recente ligada aos debates sobre memória. A rememoração torna-se algo comerciável, que circula entre o grande público para além da divulgação de um passado histórico e do contato com o mesmo, a partir da suposta emergência, nos dias atuais, em tornar viva a presença do passado<sup>52</sup>.

A história pública, nesse sentido, torna-se importante ferramenta de circulação da memória e de divulgação de histórias referentes ao passado e contribui para a formação histórica do público leigo. Afinal, a sala de aula não é o único espaço a tornar possível a formação de uma consciência histórica. Sobre essa ideia Jorn Rüsen esclarece:

Com a expressão “formação histórica” refiro-me aqui a todos os processos de aprendizagem em que a “história” é o assunto e que não se destinam, em primeiro lugar, à obtenção de competência profissional. Trata-se de um campo a que pertencem inúmeros fenômenos do aprendizado histórico: o ensino de história nas escolas, a influência dos meios de comunicação de massa sobre a consciência histórica e como fator da vida humana prática o papel da história na formação dos adultos como influente sobre a vida cotidiana - em suma, esse campo é extremamente heterogêneo. É nele que se encontram todos os demais que servem à orientação da vida prática mediante consciência histórica, e nos quais o ensino de

---

<sup>50</sup> LIDDINGTON, Jill. "O que é história pública?" In ALMEIDA, Junilele Rabelo de; ROVAI, Marta Guveia de Oliveira (Orgs). *Introdução à história Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p.31-52

<sup>51</sup> Idem, p.33

<sup>52</sup> HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

história (no sentido mais amplo do termo: como exposição do saber histórico com o objetivo de influenciar terceiros) desempenha algum papel. (...) São as situações genéricas e elementares da vida prática dos homens que constituem o que conhecemos como consciência histórica<sup>53</sup>.

No fragmento acima é possível, portanto, compreender que a consciência histórica não necessariamente é construída nos bancos escolares, através de deveres de casa e aulas montadas. A experiência cotidiana dos indivíduos e dos grupos serve como fonte principal de formação histórica e, no caso das visitas guiadas, o turismo histórico cultural representa parte dessa experiência que contribui para a construção de uma cultura histórica sobre o passado. São as experiências e interpretações do tempo que constituem o saber histórico e, portanto, aquilo que fica sobre os eventos passados e presentes. Desse modo, é imprescindível que as atividades culturais produzidas para o grande público tenham a responsabilidade de atrelar às suas narrativas informações minimamente comprometidas com a verdade histórica e metodologicamente capazes de fazer com que o público compreenda o que está sendo contato, problematize os fatos que estão sendo apresentados e reflita sobre o contexto narrado. Rüsen acrescenta:

A consciência histórica (...) é uma das formas da consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática. É este o caso quando se entende por consciência histórica a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo<sup>54</sup>.

Desse modo, arrisco a enfatizar a importância de se produzir narrativas históricas cada vez mais conscientes de seu papel problematizador, ciente da importância em garantir ao grande público a possibilidade de reflexão sobre os eventos narrados e de mostrar a fluidez existente nos processos históricos. Acredito que ainda há muito o que fazer em relação a produção de história pública, mas sou otimista o bastante para identificar que muitos progressos já foram alcançados e que cada vez mais agentes e instituições ligados às atividades culturais e ao turismo histórico cultural estarão cientes da responsabilidade social que têm nas mãos. O que está sendo apresentado neste trabalho, então, faz parte desse progresso e dos entraves que ainda existem em torno da produção de história pública.

---

<sup>53</sup> RÜSEN, Jorn. *Razão histórica*. Brasília: UNB, 2001, pg.54.

<sup>54</sup> Idem, pg.57.